



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/PA

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 19386048/2021-NAD/SELOG/SR/PF/PA

Processo nº 08360.003636/2021-69

1. DO OBJETO

- 1.1. **Registro de preços para eventual aquisição de café torrado e moído**, tipo tradicional ou superior, de primeira qualidade, gosto predominante de café arábica(coffea canéfora) de até 20%, com selo da ABIC ou com laudo de avaliação sensorial expedido por laboratório credenciado junto à Secretaria Estadual de Agricultura ou Ministério da Saúde, **açúcar** refinado, características adicionais branco, dentro dos padrões estabelecidos pela ANVISA, validade mínima de 12 meses, pacote com 1 Kg, **leite** em pó integral instantâneo (não adocicado/modificado). embalagem do produto: pacotes aluminizados interiormente e exteriormente, com 400g e **água** mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto, **para atender as necessidades da Superintendência de Polícia Federal no Pará e suas delegacias descentralizadas , em seus diversos setores operacionais e de apoio dos prestadores de serviços terceirizados de Manutenção, Limpeza e Vigilância**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:
- 1.2. **Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.**
- 1.3. **Os custos máximos estimados da contratação, no quadro do item 1 a 10 foram apurados mediante pesquisa orçamentária de cotações no Painel de Preços do site Compras Governamentais**, com a escolha da **média** dos valores apresentados nas **propostas orçamentárias**, conforme apresentamos no Anexo I - Mapa Comparativo de Preços (SEI [19164670](#)).
- 1.4. **O consumo está ESTIMADO conforme apresentado no quadro de ESTIMATIVAS de consumo apresentado a seguir:**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Requisição Mínima por Pedido Mensal (ESTIMADA)	Requisição Máxima por Pedido Mensal (ESTIMADA)	Quantidade Máxima Total da Aquisição (ESTIMADA)	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Máximo Aceitável para o Total	Margem de Preferência
1	Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - SR/PF/PA - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710)	445485	Galão de 20 litros	80	400	3.000	R\$ 15,78	R\$ 47.340,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06
	Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte	445485	Galão de 20 litros	20	60	390	R\$ 15,78	R\$ 6.154,20	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06

de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Delegacia de Polícia Federal em Altamira-PA DPF/ATM/PA - Rua Acesso Três, n.º 850, Bairro Independente I, Altamira/PA, CEP 68.372-690									
<p>Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p> <p>A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Delegacia de Polícia Federal em Marabá- DPF/MBA/PA - Quadra Especial (Fl.31) - Marabá-PA, CEP 68.500-970)</p>	445485	Galão de 20 litros	30	70	480	R\$ 15,78	R\$ 7.574,40	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06	
<p>Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p> <p>A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Delegacia de Polícia Federal em Redenção-PA DPF/RDO/PA - Avenida Brasil, 2327 - Núcleo Urbano, Redenção-PA CEP: 68553-052</p>	445485	Galão de 20 litros	30	80	500	R\$ 15,78	R\$ 7.890,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06	
<p>Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p>	445485	Galão de 20 litros	40	150	900	R\$ 15,78	R\$ 14.202,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06	

	<p>A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Delegacia de Polícia Federal em Santarém-PA DPF/SNM/PA - Avenida Presidente Vargas, 4343, Conjunto Jardim Liberdade, casa 11, Bairro: Liberdade, Santarém-PA CEP: 68040-060</p>								
	<p>Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p> <p>A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. (Posto Avançado Itaituba-PA - Av. Mal. Rondon, 724 - Boa Esperança, Itaituba - PA, Itaituba-PA CEP: 68181-010</p>	445485	Galão de 20 litros	20	50	240	R\$ 15,78	R\$ 3.787,20	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06
	<p>Água mineral natural e/ou potável de mesa, sem gás, envasada em garrações transparentes de 20 litros e com lacre de segurança, com fornecimento do vasilhame em regime de comodato. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.</p> <p>A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde. Base de Candiru-PA - Av. Siqueira Campos - Centro, Óbidos - PA, 68010-080</p>	445485	Galão de 20 litros	15	40	190	R\$ 15,78	R\$ 2.998,20	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06
	<p>Cafê torrado e moído, tipo tradicional ou superior, de primeira qualidade, gosto predominante de café arábica(coffea canéfora) de até 20%, com selo da ABIC ou com laudo de avaliação sensorial expedido por laboratório credenciado junto à Secretaria Estadual de Agricultura ou Ministério da Saúde, desde que o Estado em questão possua legislação específica para análise sensorial do café e que o laboratório seja credenciado para esse fim (o laudo deverá ter sido emitido em até 12 meses da data de abertura da licitação), com nota mínima de qualidade global de 5 pontos na Escala Sensorial do café e laudo de análise de microscopia, com tolerância de no máximo 1%(um por cento) de impureza. O produto deverá ser</p>	463591	Pacote/500g	50	190	770	R\$ 19,39	R\$ 14.930,30	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06

entregue com prazo restante de validade de, pelo menos, doze meses, contado a partir da data de fornecimento, a data de validade deverá estar estampada na embalagem, empacotamento a vácuo em papel alumínio, pacote com 500 gramas. (Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - SR/PF/PA - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710)									
Açúcar refinado, características adicionais branco, dentro dos padrões estabelecidos pela ANVISA, validade mínima de 12 meses, pacote com 1 Kg. (Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - SR/PF/PA - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710)	463997	Pacote/1kg	45	180	720	R\$ 7,50	R\$ 5.400,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06	
Leite em pó integral instantâneo (não adocicado/modificado). embalagem do produto: pacotes aluminizados interiormente e exteriormente, com 400g. (Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - SR/PF/PA - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710)	446019	Pacote/400g	30	125	500	R\$ 11,53	R\$ 5.765,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06	

1.5. O prazo de vigência da Contratação é de **12 (doze) meses**, contados **da homologação da Ata de Registro de Preços**.

1.6. **Especificações do café:**

- I - Café em pó homogêneo, torrado e moído, constituído de 100% café arábica, podendo ser adicionado até 20% de café conillon, possuir no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos) e isento do gosto Rio Zona;**Acondicionamento:** Embalagem a vácuo, em pacotes de 500 g (quinhentos gramas) acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 5 Kg (cinco quilogramas) cada, constando nas embalagens individuais e nos fardos/caixas, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto;
- II - **Característica Sensorial Recomendável e Nota Global da Bebida:** sabor e aroma característico do produto, podendo ser suave a moderado, obter, nota de Qualidade Global mínima de 4.5 pontos na escala sensorial do café e teor no máximo de 1% de impurezas. A marca deve possuir certificação no PQC – programa de qualidade do café, da ABIC ou laudo de avaliação sensorial e de microscopia do café emitido por laboratório especializado

1.7. **Especificações do açúcar:**

- I - Açúcar cristal, cor branca de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem de 01 (um) quilo, conforme ABNT 30. Deve possuir cristais de tamanhos homogêneos brancos, com produção a partir da cana de açúcar, livre de fermentação, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos animais ou vegetais. Com registro da data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampadas no rótulo da embalagem de 1kg.

1.8. **Especificações do leite:**

- I - Leite em pó integral instantâneo (não adocicado/modificado). embalagem do produto: pacotes aluminizados interiormente e exteriormente, com 400g

1.9. **Especificações da água mineral:**

- I - A água mineral a ser adquirida é a classificada segundo o código da Águas Minerais como potável de mesa, sem gás, com lacre de segurança, rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, com validade do produto da data do engarrafamento, em conformidade com a legislação vigente.
- II - A água especificada deverá ser fornecida em garrafão de policarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.
- III - Atender os padrões bacteriológicos de potabilidade, conforme laudo de órgão oficial ou outra instituição autorizada, que deve ser apresentado.
- IV - O material deve atender às qualificações estabelecidas nas Resoluções RDC Nº275/2005 ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos últimos 12 (doze) meses (Laudos de Análise Bacteriológicas de acordo com as características microbiológicas) e Resolução RDC Nº274/2005, ANVISA, com data não superior a um ano (Laudo de Certificação de Limites para Substâncias Químicas que representam risco à saúde).
- V - A água mineral deverá ser embalada obedecendo aos padrões de composição e rotulagem, inclusive aprovação pelo órgão competente, conforme estabelece a Portaria nº 470/1999 – MME, o Decreto-Lei nº 7.841/1945, alterado pela Lei n.º 6.726/1979, com especial atenção para o respectivo art. 29, bem como em consonância com Resolução ANVISA RDC/MS n. 054/2000, art. 9.
- VI - Também será indispensável a comprovação do registro do produto no órgão de vigilância sanitária competente, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 278/2005 da ANVISA.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A aquisição em tela atenderá às necessidades de abastecimento da Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará, conforme especificações e quantidades estimadas na tabela do item 1.4.
- 2.3. Foi realizado levantamento do consumo no período de 12 meses - 01 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2020 mais um acréscimo de 20%, considerando a quantidade de consumo atípico no ano de 2020 por questões de restrições sanitárias no estado do Pará.
- 2.4. As médias mensais de consumo dos últimos 12 meses, 01/2020 à 12/2020, consumo atípico (conforme explicado no subitem acima), registradas no Anexo II - Relatório de Consumo (SEI [19384970](#)), foi de:
- Água mineral - média de 395,83 unidades de galões de 20 litros por mês, resultando em um consumo anual total de 4.750 unidades.
Cafê - média de 53,50 unidades de 500g por mês, resultando em um consumo anual total de 642 unidades
Açúcar - média de 50 unidades de 1kg por mês, resultando em um consumo anual total de 600 unidades
Leite - média de 35 unidades 400g por mês, resultando em um consumo anual total de 417 unidades
- 2.5. Com a previsão de possível aumento de consumo em determinados setores da edificação, assim como a possibilidade de utilização por situações diferenciadas, optou-se pela previsão de aumento de 20% na estimativa de consumo, resultando uma previsão de estimativa anual de 5.700 (cinco mil e setecentos) **galões de 20 litros**, 770 (setecentos e setenta) pacote de café 500g, 720 (setecentos e vinte) pacote de açúcar de 1kg e 500 (quinhentos) pacotes de leite 400g.
- 2.6. A administração opta pelo Sistema de Registro de Preços pois, conforme preceitua o Inciso IV do Artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, pela natureza do objeto do Termo de Referência, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 1º, § único, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, e do Decreto 10.024/2019.

5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 5.1. O prazo de entrega dos bens é conforme **a demanda solicitada pela Contratante descrita neste Termo de Referência**, em remessas parceladas, quando couber a Administração, nos seguintes endereços:
- Cafê, açúcar e leite na seguinte unidade:
- Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará (SR/PF/PA - Avenida Julio Cesar esquina com Almirante Barroso S/N, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-902**
- Água mineral nas seguintes unidades:
- Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará (SR/PF/PA - Avenida Julio Cesar esquina com Almirante Barroso S/N, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-902**
- Delegacia de Polícia Federal em Marabá- DPF/MBA/PA - Quadra Especial (Fl.31) - Marabá-PA, CEP 68.500-970**
- Delegacia de Polícia Federal em Redenção-PA DPF/RDO/PA - Avenida Brasil, 2327 - Núcleo Urbano, Redenção-PA CEP: 68553-052**
- Delegacia de Polícia Federal em Santarém-PA DPF/SNM/PA - Avenida Presidente Vargas, 4343, Conjunto Jardim Liberdade, casa 11, Bairro: Liberdade, Santarém-PA CEP: 68040-060**
- Posto Avançado Itaituba-PA - Av. Mal. Rondon, 724 - Boa Esperança, Itaituba - PA, Itaituba-PA CEP: 68181-010**
- Base de Candiru-PA - Av. Siqueira Campos - Centro, Óbidos - PA, 68010-080**
- 5.2. **O prazo de início de fornecimento dos produtos terá início a partir da assinatura do contrato.**
- 5.3. **O fornecimento de garrações de 20L (vinte) será efetuado, sob demanda, de forma parcelada, no sistema de substituição de vasilhames (comodato) e de acordo com os estoques de garrações da Contratante.**
- 5.4. **Cada fornecimento (entrega) será executado conforme descrito neste Termo de Referência.**
- 5.5. **O fornecimento de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, classificada segundo o código de águas minerais como potável, mineralizada, não gaseificada, será aceito pela unidade requisitante, observando-se as especificações estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência.**
- 5.6. **O produto será entregue devidamente engarrafado, acondicionado em recipientes de 20 (vinte) litros, com lacre de segurança intacto, invólucro de plástico, rótulo contendo todas as informações necessárias para controle de qualidade, validade e data de engarrafamento, de acordo com o estabelecido na Resolução Anvisa RDC/MS nº 054, de 15/06/2000 e portaria DNPM nº 387/2008 e 358/2009.**
- 5.7. **A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.**
- 5.8. **A validade do produto água será de no mínimo 2 (dois) meses, de acordo com a data de envasamento e de acordo com a legislação pertinente.**
- 5.9. **Os produtos que na data da entrega já tenham expirado um terço do prazo de validade serão recusados pela Contratante.**
- 5.10. **O período de entrega poderá ser alterado a critério da Contratante, desde que solicitado pela autoridade competente ou pelo Fiscal do contrato.**
- 5.11. **Os produtos serão fornecidos pela Contratada, tendo ela capacidade de entregar o mínimo e máximo estabelecido, de unidades por mês, conforme tabela do subitem 1.1, acondicionados adequadamente, de forma a preservar a qualidade e as embalagens.**
- 5.12. **A Contratante NÃO FICA OBRIGADA a adquirir os produtos na totalidade do valor e quantidade ESTIMADOS.**
- 5.13. **O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.**
- 5.14. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **2 (dois) meses, de acordo com a data de envasamento e de acordo com a legislação pertinente.**

- 5.15. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo **de 05 (cinco) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização **do contrato**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.16. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.17. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.17.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução **do contrato**.
- 5.19. **As entregas serão executadas conforme discriminado abaixo:**
- 5.19.1. **A contratante, por intermédio de servidor previamente designado, solicitará ao fornecedor, via e-mail ou contato telefônico, que realize o fornecimento do produto;**
- 5.19.2. **Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de recibo, no prazo máximo de 24 horas após a formalização do pedido, e serão recusados se entregues em desacordo com as especificações do presente Edital e seus anexos;**
- 5.19.3. **Ocorrendo as hipóteses previstas no item acima, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da comunicação realizada pelo solicitante;**
- 5.19.4. **A entrega deverá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 7h às 16h, exceto feriados;**
- 5.19.5. **O local de entrega será de acordo com material especificado no item 5.1 deste termo;**
- 5.19.6. **O local de entrega poderá ser alterado, mediante prévio aviso de 05 (cinco) dias, a critério da Contratante;**
- 5.19.7. **Os pedidos efetuados em caráter emergencial deverão ser atendidos no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Contratante;**
- 5.19.8. **Caso a data do prazo final para recebimento coincida com dia em que não haja expediente na Administração, o mesmo far-se-á no primeiro dia útil subsequente;**
- 5.19.9. **Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a contratada emitirá nota fiscal dos produtos fornecidos no decorrer do mês anterior, acompanhada de cópias dos recibos assinados e carimbados pelo requisitante e fornecedor;**
- 5.19.10. **A Contratada também deverá disponibilizar os galões de 20 litros sob regime de comodato;**
- 5.19.11. **Comunicar à Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos que anteceder o horário da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.**

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução presente Termo **de Contrato**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, acompanhado de recibo discriminando o pedido, que deverá constar detalhadamente a quantidade fornecida, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência;**
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução **do contrato**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução **do contrato**;
- 7.1.7. **condicionar o produto em vasilhames esterilizados, com validade mínima de 02 (dois) meses, sem vazamentos, com lacre plástico, rótulo intacto e conforme legislação em vigor;**
- 7.1.8. **entregar o(s) produto(s) com rótulo(s), constando nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome da concessionária, componentes físico-químicos, composição analítica, classificação segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês de engarrafamento e prazo de validade, obedecendo ao disposto no Artigo 29, do Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais;**
- 7.1.9. **remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;**
- 7.1.10. **emitir até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, nota fiscal dos produtos fornecidos no decorrer do mês anterior, acompanhada de cópias dos pedidos assinados e carimbados pelo requisitante e fornecedor, que serão entregues na delegacia descentralizada que recebeu os bens fornecidos;**
- 7.1.11. **fornecer número de telefone e de fax para contato a fim de atender as solicitações da CONTRATANTE;**
- 7.1.12. **cumprir as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;**

- 7.1.13. [o dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 \(vinte e quatro\) horas, o produto fornecido com avarias ou defeitos;](#)
- 7.1.14. [arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;](#)
- 7.1.15. [atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;](#)
- 7.1.16. [utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos das atividades a serem executadas, de conformidade com as normas e determinações em vigor;](#)
- 7.1.17. [apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do produto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;](#)
- 7.1.18. [responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;](#)
- 7.1.19. [instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;](#)
- 7.1.20. [relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer das entregas dos produtos;](#)
- 7.1.21. [não permitir a utilização do trabalho do menor;](#)
- 7.1.22. [não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;](#)
- 7.1.23. [arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos custos variáveis de sua proposta decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;](#)
- 7.1.24. [providenciar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE e em caso de dúvidas quanto à qualidade da água, a devida comprovação, arcando com as despesas resultantes;](#)
- 7.1.25. [fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado e sem ônus, laudo técnico de análise físico-química e microbiológica expedido por laboratório credenciado pela Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, com a finalidade de comprovar a pureza e qualidade da água;](#)
- 7.1.26. [A água deverá apresentar as condições de consumo exigidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, além de ser registrado junto ao Ministério da Saúde;](#)
- 7.1.27. [fornecer produtos de boa qualidade, nas quantidades e especificações contidas no Edital, dentro dos melhores padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar;](#)
- 7.1.28. [entregar sobre forma de comodato a quantidade solicitada pelo fiscal do contrato, para atender as necessidades da SR/PF/PA;](#)
- 7.1.29. [emitir uma Nota Fiscal para cada um dos endereços de entrega, a cada mês;](#)
- 7.1.30. [encaminhar cada uma das Notas Fiscais para os respectivos endereços de entrega dos galões.](#)

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. [Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.](#)

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1. [Fornecer materiais compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2.](#)
- 11.2. [Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.](#)
- 11.3. [Utilizar na higienização dos garrafões produtos que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.](#)
- 11.4. [Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a realização das atividades.](#)
- 11.5. [Utilizar lacres, rótulos compostos de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis.](#)

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. **DO REAJUSTE**

- 13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A adjudicação ao licitante vencedor acarreta mera expectativa de direito à eventual contratação.

15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não manter a proposta.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem **15.1** deste Termo de Referência;
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens **15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 16.1. O custo estimado da contratação é **apresentado no QUADRO do "subitem 1.4" do "item 1 - DO OBJETO" deste Termo de Referência.**

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1. **Trata-se de SRP.**

18. ANEXOS

- 18.1. **Anexo I - Mapa Comparativo de Preços (SEI 19384956).**
- 18.2. **Anexo II - Relatório de Consumo do Período de 12 meses - 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. (SEI 19384970)**

Município de Belém, **21 de Junho de 2021**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: **Outubro/2020**



Documento assinado eletronicamente por **ARCEDIAGO JOSE DO CARMO SOUSA, Agente Administrativo(a)**, em 07/07/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.**



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO CORREA DOS SANTOS, Agente Administrativo(a)**, em 07/07/2021, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.**

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE FARUOLO FRANCA, Agente de Polícia Federal**, em 07/07/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19386048** e o código CRC **816A444C**.

Referência: Processo nº 08360.003636/2021-69

SEI nº 19386048

Criado por [correa.mcs](#), versão 3 por [arcediago.ajcs](#) em 07/07/2021 15:51:56.